



Santander Capitalização S.A.

CNPJ nº 03.209.092/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas as entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Susep.

Mercado de Atuação

A Santander Capitalização, integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de Capitalização sendo suas operações voltadas em três modalidades de produto de capitalização, quais sejam tradicional, instrumento de garantia e incentivo. Em atendimento ao §6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 15.177/2025, a Capitalização informa que:

(i) Empregados por nível hierárquico: A Capitalização não possuía empregados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. (ii) Composição da administração: Em 31 de dezembro de 2025, a administração era composta por 4 membros, dos quais 75% mulheres. Em 31 de dezembro de 2024, era composta por 3 membros, dos quais 100% mulheres. (iii) Remuneração segregada por sexo: Não houve pagamento de remuneração fixa, variável ou eventual nos exercícios de 2025 e 2024.

Desempenho Econômico - Financeiro
Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 348.012 (31/12/2024 - R\$ 394.068). O lucro líquido apresentado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 652.917 (31/12/2024 - R\$ 609.735) e provisões técnicas de capitalização de R\$ 5.389.117 (31/12/2024 - R\$ 5.301.007).

Auditoria Independente
A política de atuação da Santander Capitalização na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander. A Santander Capitalização informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Ademais, a Santander Capitalização confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.
A Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Notas Explicativas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante Disponível	4.821.c	13.656	34.230
Caixa e Bancos		13.656	34.230
Aplicações	5.b	1.206.414	851.197
Títulos de Renda Fixa		1.205.407	851.197
Títulos de Renda Variável		1.007	-
Títulos e Créditos a Receber	5.564	8.295	-
Outros Créditos		451	-
Créditos Tributários e Previdenciários	6.820.a	5.286	7.844
Ativo não Circulante	4.849.046	5.121.625	-
Aplicações	4.698.989	4.964.188	-
Títulos de Renda Fixa	5.b	4.698.989	4.964.188
Outras Aplicações	5.d	8.326	8.326
(+)Redução do Valor Recuperável	5.d	(8.326)	(8.326)
Títulos e Créditos a Receber	16.936	24.316	-
Créditos Tributários e Previdenciários	6.820.a	16.625	23.987
Depósitos Judiciais	7	311	329
Permanente	133.121	133.121	-
Investimentos		-	-
Outros Investimentos		1.077	1.077
(-) Redução ao Valor Recuperável		(1.077)	(1.077)
Intangível	8	133.121	133.121
Outros Intangíveis		133.121	133.121
Ágio de Incorporação		133.121	133.121
Total do Ativo	6.074.680	6.015.347	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Notas Explicativas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo Circulante Contas a Pagar		5.722.286	5.618.890
Obrigações a Pagar	9	257	290
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		660	379
Impostos e Contribuições	10	351.283	308.613
Outras Contas a Pagar		699	774
Débitos de Operações com Capitalização	12	15.930	7.491
Débitos Operacionais		15.930	7.491
Depósitos de Terceiros	13	340	334
Provisões Técnicas - Capitalização	14	5.389.117	5.301.007
Provisão para Resgates		5.378.779	5.289.499
Provisão para Sorteios		5.444	6.302
Provisão para Complementação de Sorteios		4.894	5.206
Outros Débitos	11.b	-	2
Provisões Judiciais		-	2
Passivo não Circulante Contas a Pagar	4.382	2.389	-
Tributos Diferidos	20.b	3.988	1.716
Outros Débitos	394	673	-
Provisões Judiciais	11.b	142	423
Débitos Diversos		252	250
Patrimônio Líquido	15	348.012	394.068
Capital Social		147.204	317.204
Reservas de Lucros		221.181	119.264
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(20.373)	(42.400)
Total do Patrimônio Líquido	348.012	394.068	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	6.074.680	6.015.347	-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
	Notas Explicativas	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		317.204	63.441	57.088	(27.017)	-	410.716
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(15.383)	-	(15.383)
Dividendos com Base em Reservas Estatutárias	15.b	-	-	(57.088)	-	-	(57.088)
Dividendos Intercalares	15.b	-	-	-	(553.912)	(553.912)	-
Lucro Líquido		-	-	-	609.735	609.735	-
Reserva para Equalização de Dividendos	15.d	-	-	55.823	(55.823)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		317.204	63.441	55.823	(42.400)	-	394.068
Mutações no Exercício		4.849.046	-	(1.265)	(15.383)	-	(16.648)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		317.204	63.441	55.823	(42.400)	-	394.068
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	22.027	-	22.027
Redução de Capital		(170.000)	-	-	-	(170.000)	-
Dividendos com Base em Reservas Estatutárias	15.b	-	-	(55.000)	-	-	(55.000)
Transferência		-	(34.000)	34.000	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	652.917	652.917
Destinação:							
Dividendos Intercalares	15.b	-	-	-	(496.000)	(496.000)	-
Reservas para Equalização de Dividendos		-	-	156.917	(156.917)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		147.204	29.441	191.740	(20.373)	-	348.012
Mutações no Exercício		(170.000)	(34.000)	135.917	22.027	-	(46.056)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização), subsidiária integral da Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap), é uma sociedade por ações com duração por prazo indeterminado, com sede social na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 - C.J. 201, parte, bloco 2, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP, integrante do Conglomerado Santander e que tem como objeto social a instituição e administração de planos de capitalização, pagos pelos portadores de seus títulos, visando a constituição de capitais garantidos, ao fim do prazo fixado no título respectivo, de acordo com a legislação vigente e notas técnicas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). A Santander Capitalização atua em três modalidades de produto de capitalização, quais sejam tradicional, instrumento de garantia e incentivos. As operações da Santander Capitalização são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade. A Santander Capitalização está inserida no ambiente de tecnologia do Banco Santander, que tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Santander Capitalização foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 19 de novembro de 2021 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Diretoria executiva autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, na reunião realizada em 25 de fevereiro de 2026.

a) Normas e Interpretações

Na data de preparação destas demonstrações financeiras as novas normas e resoluções estão descritas abaixo:
I - Reforma da Tributação sobre o Consumo
A Reforma Tributária instituída pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, altera de forma relevante a sistemática de incidência dos tributos sobre o consumo de bens e serviços, com importantes modificações.
Considerando o prazo de implementação gradual da nova sistemática (entre os anos de 2026 e 2033), os impactos de longo prazo esperados com a simplificação da tributação são o ganho de produtividade na economia e melhoria no ambiente de negócios, pela redução de custos de observância e maior segurança jurídica.
Nesse novo ambiente tributário há efeitos para Administração Tributária em função das mudanças na gestão do crédito tributário que passa a ser mais eficiente, com obrigações acessórias mais sofisticadas (Notas Fiscais e Declaração do Regime Específico - DeRF) e recolhimento de tributos automático - no qual a parcela correspondente aos tributos sobre o consumo é direcionada diretamente ao Governo (mecanismo de split payment), reduzindo riscos de inadimplência e falhas de conformidade, ao mesmo tempo em que aumenta a dependência de sistemas de informação robustos e confiáveis.
Adicionalmente, sobre a ótica da gestão das empresas, o novo regime implica em mudanças na lógica financeira das operações, com potenciais efeitos sobre o fluxo de caixa, com necessidade de revisão dos controles de liquidez e na gestão financeira das empresas.

No caso do setor financeiro, a Reforma Tributária estabeleceu um regime específico para as operações de crédito e estima-se que não haverá aumento do custo de crédito para o tomador final relativamente aos processos, sistemas e governança, bem como revisando projeções de resultados e de fluxo de caixa para refletir a transição gradual do modelo tributário atual para o novo sistema.
Com base nas avaliações realizadas até o momento e considerando o estágio atual de implementação da Reforma da Tributária sobre o Consumo, a Administração concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco, nem em seus indicadores de capital, sendo os efeitos imediatos, essencialmente, restritos ao âmbito operacional e de adaptação tecnológica aos novos requisitos legais.

b) Estimativas Contábeis
Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pela Administração da Santander Capitalização na elaboração das demonstrações financeiras. A Santander Capitalização faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e suposições requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:
• Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos na Nota 3-e;
• Redução ao valor recuperável de ativos - constituída para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos a receber são discutidos na Nota 3-f;
• Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros (incluindo ágio) são discutidos na Nota 3-i;
• Provisões, ativos e passivos contingentes são discutidos na Nota 3-j;
• Provisões técnicas de capitalização são discutidos na Nota 3-k; e
• Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos na Nota 3-m.

As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:
• Mudanças nas taxas de juros;
• Mudanças nos índices de inflação;
• Regulamentação governamental e questões fiscais;
• Processos ou disputas judiciais e administrativas adversas;
• Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;
• Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
• Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é de competência exceto com relação as receitas de capitalização conforme Nota 3-g.
b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Capitalização.
c) Ativos e Passivos Circulantes e de Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata die, e quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como valor justo pro meio do resultado independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante.
d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
e) Avaliação de Ativos e Passivos Financeiros

Definições e Classificação dos Instrumentos Financeiros
i. Definições
"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Santander Capitalização e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade. "Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.
ii. Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração
Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "outros valores e bens" ou são forem referentes à "caixa e equivalentes de caixa" e "participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.

De acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, os ativos financeiros são classificados em:
• Custo Amortizado: quando são mantidos para obtenção de fluxos de caixa contratuais e estes representem exclusivamente pagamentos de principal e juros.
• Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para geração de fluxos de caixa contratuais e para venda.
• Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): inclui os ativos que não se enquadram nas categorias anteriores.
Os ativos financeiros, por sua vez, são mensurados, ao custo amortizado, independente da sua forma e vencimento. Correspondem, basicamente, a dividendos e juros sobre capital próprio e provisões matemáticas para resgate - Títulos de Capitalização.

iii. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no relatório são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:
Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo da sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juro contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juro efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até à data de referência seguinte de renovação dos juros.
Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.
Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Santander Capitalização ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras.

iv. Técnicas de Avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Santander Capitalização para apurar seu valor justo:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativos (Nível 1)	Total	Ativos (Nível 1)	Total
Ativos Financeiros				
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	5.905.403	5.905.403	5.815.385	5.815.385
Notas de Fundos de Investimentos	1.007	1.007	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.887.603	5.887.603	5.817.866	5.817.866
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	316.793	316.793	627.519	627.519
Total	5.905.403	5.905.403	5.815.385	5.815.385

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.
Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Santander Capitalização não possui instrumentos financeiros classificados como Nível 2.
O Nível 3 registra ativos ou passivos financeiros para os quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração do valor justo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Santander Capitalização não possui instrumentos financeiros classificados como Nível 3.
Ativos Financeiros não Recuperáveis
Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:
• Ocasionalmente um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida.
• Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.
Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma perda do valor recuperável. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de contas a receber, conforme definido na Circular SUSEP 648/2021 e alterações posteriores. As respectivas despesas das reduções ao valor recuperável de ativos são reconhecidas na rubrica "outras receitas (despesas) operacionais".
g) Receitas com Títulos de Capitalização
As receitas com títulos de capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão dos títulos, exceto para o produto de pagamento único (PU) ou dia 1º parcela do produto de pagamento mensal (PM) e recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou de pagamentos periódicos (PP). O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanham a forma de contabilização da receita. As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas monetárias ou cambiais, calculadas a índices ou taxas oficiais "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
h) Investimentos
Os outros investimentos são reconhecidos inicialmente pelo valor de aquisição, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, quando aplicável.
i) Intangível
Ágio
Na aquisição de investimento em controlada, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida é contabilizada de acordo com CPC 15, "Combinação de Negócios".

O ágio é reconhecido somente quando o montante da aquisição excedeu o valor justo dos ativos líquidos identificáveis na data da aquisição, e, portanto, representa um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirente que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente. A amortização desse ágio não é permitida, sendo testado para fins de impairment (teste de recuperabilidade). O teste de recuperabilidade do ágio é realizado no final de cada exercício apresentado, ou em menor período no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável, e o valor considerado como não recuperável é baixado e reconhecido no resultado do exercício. Uma perda do valor recuperável do ágio não é revertida em exercícios subsequentes.

seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander. A Santander Capitalização informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Ademais, a Santander Capitalização confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Notas Explicativas	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024	
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização		4.127.492	3.753.027	
Contribuição - Quotas de Capitalização e Sorteio		3.094.466	2.832.026	
Contribuição - Quotas de Carregamento		1.033.026		



Santander Capitalização S.A.

CNPJ nº 03.209.092/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2024			
	Taxa de Juros Contratada - %	Valor do Custo Amortizado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.185.413	2.452	5.187.865	89,21 %
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	700.638	(73.118)	627.520	10,79 %
Total	5.886.051	(70.666)	5.815.385	100,00 %

b) Composição por Prazo de Vencimento

	31/12/2025			
	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado				
Títulos Públicos				
Cotas de Fundos de Investimentos	1.007	-	-	1.007
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.205.407	4.382.197	-	5.587.604
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	111.937	204.855	316.792
Total	1.007	1.205.407	4.494.134	204.855

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

c) Movimentação das Aplicações

	Ajustes ao Valor de			
	Saldo em 31/12/2024	Aplicações	Resgates	Resultado Mercado no Financeiro (Nota 19)
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado				
Títulos Públicos				
Cotas de Fundos de Investimentos	-	1.007	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.187.865	1.930.773 (2.290.018)	757.561	1.422
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	627.520	- (366.857)	23.004	33.126
Total	5.815.385	1.931.780 (2.656.875)	780.565	34.548

d) Outras Aplicações

As outras aplicações registradas no ativo realizável a longo prazo, referem-se a aplicações em incentivos fiscais. O valor em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 8.326 (31/12/2024 - R\$ 8.326), para as quais foram constituídas perdas ao valor recuperável no valor de R\$ 8.326 (31/12/2024 - R\$ 8.326).

e) Garantia das Provisões Técnicas

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos de Renda Fixa	5.904.396	5.815.385
Total de Cobertura	5.904.396	5.815.385
Provisões Técnicas	(5.389.117)	(5.301.007)
Total de Excedente	515.279	514.378

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos Tributários (Nota 20.a)	21.911	31.831
Total	21.911	31.831

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2025	31/12/2024
Fiscais	47	43
Trabalhistas	-	46
Cíveis	264	240
Total	311	329

8. INTANGÍVEL

	31/12/2025	31/12/2024
Ágio na aquisição da Real Capitalização	133.121	133.121

A base utilizada para o teste de recuperabilidade do ágio na aquisição da Real Capitalização S.A. é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada através da produção de laudo interno, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação.

Principais Premissas:

	Valor em Uso: Fluxo de caixa 5 Anos
Base para Determinação do Valor Recuperável	5,0%
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa ⁽¹⁾	4,0%
Taxa de Crescimento	4,0%
Taxa de Desconto ⁽²⁾	12,2%

⁽¹⁾ As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

⁽²⁾ A taxa de desconto é calculada anualmente com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). Em 31 de dezembro de 2025 a taxa de desconto antes de impostos é de 18,5% e não foi identificada evidência objetiva de impairment.

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

9. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	257	290
Total	257	290

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda	182.589	180.949
Contribuição Social	129.033	123.923
Pis e Cofins	3.662	3.741
Total	315.283	308.613

11. PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES, PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.j).

b) Provisões Judiciais - Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	142	423
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	-	-
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	-	-
Total	142	425

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2025		01/01 a 31/12/2024	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo Inicial	423	1	1	461
Constituição Líquida de Reversão	(67)	-	-	(32)
Atualização Monetária	39	-	-	24
Baixas por Pagamento	(253)	(1)	(1)	(30)
Saldo Final	142	-	-	423

d) Provisões Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas

A Santander Capitalização é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da Companhia com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme a situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais, Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2025, as ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram em R\$ 9.090 (31/12/2024 - R\$ 8.465), e não há valores de ações com classificação de perda possível de natureza trabalhista e cível.

12. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO

Referem-se, principalmente, ao acordo operacional com o Banco Santander, que tem por objeto o rateio de despesas com comercialização, operacionalização e premiação dos títulos cuja contrapartida no resultado é a conta outras despesas operacionais (Nota 16), registrados no passivo circulante.

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Registram as pendências sistêmicas e tratamento de parcelas. O saldo da conta de depósitos de terceiros está abaixo distribuído:

	31/12/2025	31/12/2024
De 0 a 30 Dias	34	40
De 31 a 60 Dias	2	2
De 61 a 120 Dias	18	14
De 121 a 180 Dias	11	12
De 181 a 365 Dias	11	7
Superior a 365 Dias	264	259
Total	340	334

14. PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão Matemática para Resgates		Provisão para Sorteios		Total
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Saldo Inicial em 31/12/2023	5.543.980	16.705	5.560.685	5.560.685	
Constituição (1)	2.840.662	50.569	2.891.231	2.891.231	
Juros e Atualização Monetária (Nota 19)	365.239	32	365.271	365.271	
Baixas	(3.460.382)	(55.798)	(3.516.180)	(3.516.180)	
Saldo Final em 31/12/2024	5.289.499	11.508	5.301.007	5.301.007	

	Provisão Matemática para Resgates		Provisão para Sorteios		Total
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Saldo Inicial em 31/12/2024	5.289.499	11.508	5.301.007	5.301.007	
Constituição	3.143.003	54.255	3.197.258	3.197.258	
Juros e Atualização Monetária (Nota 19)	443.350	85	443.435	443.435	
Baixas	(3.497.073)	(55.511)	(3.552.584)	(3.552.584)	
Saldo Final em 31/12/2025	5.378.779	10.338	5.389.117	5.389.117	

⁽¹⁾ A Provisão Matemática para resgates inclui a provisão matemática para Capitalização (PMC), Provisão para Resgate (PR), Provisão para resgate dos títulos antecipados e Provisão para resgate de títulos vencidos com os respectivos valores.

⁽²⁾ A Provisão Complementar de Sorteios está apresentada junto com Sorteios a pagar e a Realizar.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é composto por 64.615 mil ações ordinárias, nominativas, escrituras e sem valor nominal, todas de domicílio no país.

Em 28 de Abril de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária foi deliberada a aprovação de redução do Capital Social no montante de R\$170.000.000 (cento e setenta milhões de reais), passando de R\$317.203.872 (trezentos e dezessete milhões, duzentos e três mil, oitocentos e setenta e dois reais) para R\$147.203.872 (cento e quarenta e sete milhões, duzentos e três mil, oitocentos e setenta e dois reais), a aprovação ocorreu no dia 05 agosto de 2025.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas da Santander Capitalização.

Dividendos Pagos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Reais por Ação Ordinária	
	Valor	Valor
2025		
Dividendos ⁽¹⁾	55.000	0,851196
Dividendos ⁽²⁾	96.000	1,485723
Dividendos ⁽³⁾	200.000	3,095257
Dividendos ⁽⁴⁾	200.000	3,095257
Total	551.000	

⁽¹⁾ Em 27 de março de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, com base na conta de reservas para equalização de dividendos. O pagamento foi realizado em abril de 2025.

⁽²⁾ Em 27 de março de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares, com base no balanço de fevereiro de 2025, cujo valor será imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2025. O pagamento foi realizado em abril de 2025.

⁽³⁾ Em 30 de setembro de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, com base na conta de reservas para equalização de dividendos. O pagamento foi realizado em novembro de 2025.

⁽⁴⁾ Em 29 de dezembro de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, com base na conta de reservas para equalização de dividendos. O pagamento foi realizado em dezembro de 2025.

	Reais por Ação Ordinária	
	Valor	Valor
2024		
Dividendos ⁽¹⁾	83.912	1,298646
Dividendos ⁽²⁾	57.088	0,883510
Dividendos ⁽³⁾	146.000	2,259537
Dividendos ⁽⁴⁾	158.000	2,445253
Dividendos ⁽⁵⁾	166.000	2,569063
Total	611.000	

⁽¹⁾ Em 28 de março de 2024, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários. O pagamento foi realizado em abril de 2024.

⁽²⁾ Em 28 de março de 2024, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, com base na conta de reservas para equalização de dividendos. O pagamento foi realizado em abril de 2024.

⁽³⁾ Em 28 de março de 2024, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários. O pagamento foi realizado em abril de 2024.

⁽⁴⁾ Em 30 de setembro de 2024, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares. O pagamento foi realizado na data da deliberação.

⁽⁵⁾ Em 23 de dezembro de 2024, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares. O pagamento foi realizado na data da deliberação.

c) Reserva Legal

Estatutariamente surge a destinação do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

d) Reserva para Equalização de Dividendos

Limitada a 100% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. Caso seja atingido o referido limite caberá à Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas, e/ou sua destinação para o aumento do capital social e/ou sua retenção, visando sempre atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia, submetido pela Diretoria Executiva à aprovação de Assembleia Geral e por esta, se aplicável, revisto anualmente na hipótese em que tal orçamento tiver duração superior a um exercício social.

e) Lucro por Ação

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros conversíveis em ações.

f) Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

	31/12/2025	31/12/2024
Ajustes Contábeis		
Patrimônio Líquido	348.012	394.068
Exclusão:		
Créditos Tributários de Diferenças Temporárias que excederam 15% do CMR	(10.649)	(21.342)
Ativo Intangível (Nota 8)	(133.121)	(133.121)
PLA (Ajustes Contábeis)	204.242	239.605
Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos		
Superávit entre Provisões e Fluxo Realista de Prêmios/Contribuições Registradas	29.654	28.427
Ajustes de Qualidade à Variação de Cobertura do CMR		
Máximo 50% Serão Cobertos pela Soma do PLA de Nível 2 e do PLA de Nível 3	(3.377)	(3.954)
PLA (Total)	230.519	264.078
Níveis de PLA		
Nível 1	192.979	229.116
Nível 2	29.654	28.427
Nível 3	11.281	10.489
Excesso de PLA	(3.375)	(3.954)
Totais Níveis PLA	230.519	264.078

g) Capital Mínimo Requerido - CMR

	31/12/2025	31/12/2024
Capital Base	10.800	10.800
Risco de Crédito	1.132	1.426
Risco Operacional	13.459	12.334
Risco de Subscrição	42.358	39.271
Risco de Mercado	34.640	32.487



Santander Capitalização S.A.

CNPJ nº 03.209.092/0001-02

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

<p>Diretoria Executiva</p> <p>Diretora Superintendente Marcelo Aleixo</p> <p>Diretoras Executivas</p>		<p>Anna Paula Dorce Armonia</p>	<p>Vanessa Alessi Manzi</p>
<p>Diretora Executiva Responsável pelos Controles Internos Rachel Rhein Silva</p>			
<p>Atuário Responsável Técnico Celio Lima Sobrinho Junior - MIBA 2553</p>		<p>Contadora Anna Paula Dorce Armonia - CRC Nº 1SP - 198352/9</p>	

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da **Santander Capitalização S.A.**, São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Santander Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Santander Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Santander Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

Anexo I

Santander Capitalização S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	31/12/2025
Total de provisões técnicas auditadas	5.389.117
2. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	31/12/2025
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	75.076
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	75.076
3. Demonstrativo da Solvência	31/12/2025
Patrimônio Líquido Ajustado Total (a)	230.518
Ajustes Econômicos do PLA	29.654
Exigência de Capital (CMR) (b)	75.076
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	155.442
Ativos Garantidores (d)	5.904.396
Total a ser Coberto (e)	5.389.117
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	515.279

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Santander Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Mensuração das provisões técnicas de capitalização (PMC e PR - Notas 3(k) e 14)</p> <p>A Companhia registrou obrigações decorrentes de operações de títulos de capitalização que estão registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Capitalização" nas demonstrações financeiras, com destaque para: (i) Provisão Matemática para Capitalização (PMC) e (ii) Provisão para Resgate (PR).</p> <p>As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP.</p> <p>A determinação dos valores dessas provisões técnicas envolve incertezas inerentes às coberturas dos títulos de capitalização, tais como premissas de persistência, despesas e rentabilidade financeira.</p> <p>Continuamos a considerar essa uma área de foco de auditoria pelo nível de relevância dessas provisões no contexto das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas da Companhia.</p> <p>Efetuamos, também, reconciliação dos registros oficiais de arrecadações recebidas e realizamos o cruzamento com o relatório gerencial de provisões matemáticas de capitalização. Adicionalmente, efetuamos testes documentais, em bases amostrais, das arrecadações e resgates no exercício em análise.</p> <p>Com o apoio de nossos especialistas, testamos a totalidade e integridade das bases de dados diretamente utilizadas nas análises e a movimentação dos fluxos da Provisão Matemática para Capitalização (PMC) e Provisão para Resgate (PR).</p> <p>Consideramos que os critérios adotados pela Administração para a determinação e substituição das provisões técnicas, bem como a evidência de aprovação das notas técnicas atuariais e as divulgações efetuadas são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p>Ambiente de tecnologia da informação</p> <p>A Santander Capitalização S.A. está inserida no ambiente de tecnologia do Banco Santander (Brasil) S.A., controlador indireto da Companhia.</p> <p>O Banco Santander tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.</p> <p>Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação.</p> <p>Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio da Companhia.</p> <p>Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos:

- (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco;
 - (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
 - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
 - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador
CRC 1SP222767/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 27/02/2026
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/27/SANTANDERCAPH1587795327022026.pdf>
Hash: 1772137081986cdbc9e62d4c559ffb49bfd0238dd9